



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682466 - SP (2021/0233183-4)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : JULIO CESAR FERREIRA
ADVOGADO : JULIO CESAR FERREIRA - SP361722
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : APARECIDA DE FATIMA PEREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de APARECIDA DE FÁTIMA PEREIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2163031-36.2021.8.26.0000).

A paciente cumpre pena de 5 anos, 7 meses e 10 dias de reclusão em regime inicialmente fechado, prática do delito tipificado no art. 157 § 2º, I e II, do Código Penal.

Sustenta o impetrante a desnecessidade de realização de exame criminológico.

Alega, ainda, que "a justificativa da gravidade do fato, porsí só, não abona a submissão da Paciente à perícia, sendo que inexistem nos autos elementos outros que recomendem a medida pretendida pelo juiz a quo. E não diferente é o entendimento harmônico da Superior Corte." (fl. 14)

Requer, "LIMINARMENTE O CONHECIMENTO E A CONCESSÃO DE ORDEM DE HABEAS CORPUS PARA AFASTAR A EXIGÊNCIA DE REALIZAÇÃO DE EXAME CRIMINOLÓGICO PELA APENADA, DEVENDO O JUÍZO DA EXECUÇÃO PENAL DAR PROSSEGUIMENTO À APRECIÇÃO DO PEDIDO DE PROGRESSÃO AO REGIME SEMIABERTO, observada a ressalva atinente ao requisito objetivo e subjetivos preenchidos." (fl. 19)

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, em especial porque

a decisão atacada trouxe os fundamentos em que se baseia, conforme se vê do excerto do acórdão impugnado a seguir:

Fica o registro, por oportuno, que a decisão ora questionada expôs motivação suficiente, examinadas as circunstâncias do fato, a concluir pela necessidade do exame criminológico, o que está de acordo com a gravidade do delito pelo qual foi condenada. No mais, como se vê, postula-se, nesta via estreita, pela análise imediata, por esta Corte de Justiça, de providência relativa a benefício intrínseco à execução penal, não sendo adequada portanto a via eleita, porquanto para a apreciação de tal tese, em sede de remédio heroico, é imprescindível que haja ilegalidade manifesta, sem a necessidade de exame aprofundado da matéria fática, o que por certo, pela simples leitura da inicial, não é possível. Ademais impossível análise ab initio do pedido sob pena de ferir-se o princípio do duplo grau de jurisdição além de ensejar indesejável supressão de instância. (fl. 24)

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência